

**PORTAL DE ACESSIBILIDADE DA UNIFESP:
PLATAFORMA INTERATIVA E ABERTA PARA A INCLUSÃO NO ENSINO
SUPERIOR**

**UNIFESP ACCESSIBILITY PORTAL:
INTERACTIVE AND OPEN PLATFORM FOR INCLUSION IN HIGHER EDUCATION**

Emerson Eduardo da Silva¹

RESUMO

A proposta deste trabalho é investigar o uso efetivo do Portal de Acessibilidade da Unifesp, com foco especial na Comunidade Virtual de Aprendizagem desenvolvida dentro desse ambiente. Os objetivos gerais e específicos visam avaliar se os propósitos iniciais de implantação são representativos das ações institucionais de inclusão e acessibilidade no ensino superior, ou se há necessidade de considerar outros caminhos, temas e usos para o portal após um ano de sua implantação. A metodologia empregada incluiu pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, que considerou a análise de conteúdo da avaliação do portal pelos usuários. Por fim, são apresentados e explorados os resultados obtidos, com uma abordagem parecerista.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Inclusão no Ensino Superior; Tecnologia Educacional; Comunidade Virtual de Aprendizagem; Portal de Acessibilidade da Unifesp.

ABSTRACT

The purpose of this work is to investigate the effective use of the Unifesp Accessibility Portal, with a special focus on the Virtual Learning Community developed within this environment. The general and specific objectives aim to assess whether the initial implementation purposes are representative of institutional inclusion and accessibility actions in higher education, or whether there is a need to consider other paths, themes and uses for the portal after one year of its implementation. The methodology used included descriptive research with a qualitative-quantitative approach, which considered the content analysis of the portal's evaluation by users. Finally, the results obtained are presented and explored, with a peer-reviewed approach.

KEYWORDS: Accessibility; Inclusion in Higher Education; Educational Technology; Virtual Learning Community; Unifesp Accessibility Portal.

¹ Professor de Ensino Técnico de Marketing na Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e Representante Institucional do Conselho Regional de Administração de São Paulo no Município de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

O acesso das pessoas com deficiência no ensino superior tem sido cada vez mais frequente estimulado pela Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino superior e assegura a reserva de vagas para o público com deficiência. Há dados que comprovam essa afirmação com o aumento nas matrículas entre os anos de 2013 (com 29.034) a 2019 (48.520).

O Portal de Acessibilidade da Universidade Federal de São Paulo é uma plataforma dedicada a fornecer recursos e informações para garantir a inclusão de pessoas com deficiência em todas as atividades da universidade, tanto educacionais quanto administrativas. Possui orientações sobre adaptações necessárias, serviços de apoio, legislação relacionada e outras ferramentas para promover um ambiente inclusivo e acessível para todos os membros da comunidade universitária.

Legitimar o direito à matrícula corresponde a um aspecto importante no processo de inclusão. No entanto, isso não significa que as condições para a realização da formação desses sujeitos estejam equiparadas e que as oportunidades para a conclusão dos seus cursos estejam garantidas dentro da instituição de ensino superior (PORTAL DE ACESSIBILIDADE UNIFESP, 2021).

Portanto, justifica-se a relevância do Portal de Acessibilidade da Unifesp em proporcionar o acesso à informação, formação e conscientização sobre a inclusão no ensino superior. E neste sentido, analisar por meio desse projeto os impactos do Portal da Unifesp com base nos seus objetivos e concepções norteadoras.

Uma importante característica do portal é potencializar a interatividade entre participantes da comunidade universitária sobre temas integrados à acessibilidade. Para tanto, a comunidade do portal é formada por grupos de pessoas que compartilham conhecimentos, vivências, dúvidas e soluções num espaço educacional aberto, e que possibilita o diálogo e a troca de experiências sobre o desenvolvimento de comportamentos, habilidades e competências, bem como, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os sujeitos a se organizarem com objetivos comunitários e voltados para a solução de problemas coletivos e cotidianos relacionados à acessibilidade.

A comunidade virtual, independentemente do tema que a motiva, “congrega pessoas com intencionalidades e objetivos comuns para a partilha de práticas e recursos, voltados a solucionar problemas cotidianos” (COLL, 2003 apud LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 123). Assim, no âmbito do Portal de Acessibilidade da Unifesp, o foco está na inclusão de estudantes

matriculados no ensino superior que possuem deficiência, altas habilidades, superdotação e transtorno do espectro autista.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DADOS SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Entre os que ingressam no ensino superior, encontra-se a pessoa com deficiência, a qual é "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015). Segundo o Censo de 2010, há 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. Dentro desse grupo, 17,6% concluíram o ensino médio e 6,6% completaram o ensino superior (IBGE, 2010).

Durante um longo período, esse segmento da população esteve excluído do sistema educacional. Mesmo após a conquista do direito à educação, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a entrada e a conclusão do ensino médio ainda continuaram muito desafiadoras para estes estudantes. Neste sentido, Gil (2006) aponta que as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam são o preconceito, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, porque estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa normal, do "homem perfeito".

A partir da instituição de uma ampla legislação, considerando-se também programas e políticas voltados ao desenvolvimento da educação inclusiva no país, evidenciou-se um aumento no número de matrículas desses estudantes.

Na educação básica, houve um aumento significativo no número de matrículas de pessoas com deficiência, passando de 201.142 em 1996 para 1.090.805 em 2019, de acordo com dados do Censo Educação Básica de 1996 a 2019 (INEP, 2020). O número de ingressantes no ensino superior também apresentou um aumento, com 29.034 matrículas em 2013 e 48.520 matrículas em 2019. Especificamente em instituições públicas, foram 9.406 matrículas em 2013 aumentando o número para 18.309 no ano de 2019 (INEP, 2020).

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,4 milhão em 2021, um aumento de 26,7% em relação a 2017. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de discentes incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente, passando de 90,8%, em 2017, para 93,5%, em 2021 (BRASIL, 2022, p.13).

2.2 POLÍTICA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A execução das medidas para facilitar a entrada e a permanência no ensino superior contou com certas leis que representaram marcos significativos na promoção da inclusão educacional no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988, voltada para a implementação de políticas sociais de alcance amplo, colaborou para a criação de políticas baseadas em leis, diretrizes e iniciativas que asseguraram o direito à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) em defesa do direito à educação básica e ao ensino superior. No mesmo ano, a Circular nº 277/96 (BRASIL, 1996b) dirigida aos reitores das instituições de ensino superior, demandou a execução adequada de uma política educacional às pessoas com deficiência, a fim de viabilizar o acesso e permanência (PORTAL DE ACESSIBILIDADE UNIFESP, 2021).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, orientou as instituições de ensino superior a adaptarem provas e fornecerem as condições necessárias para a participação dos estudantes em atividades educacionais, conforme solicitação prévia dos estudantes com deficiência. A Portaria nº 3.284, de 2003, acrescentou os requisitos de acessibilidade conforme a NBR 9050 nos instrumentos de avaliação dos cursos superiores, para fins de autorização, reconhecimento, credenciamento e renovação. Em 2005, o Programa Incluir foi estabelecido pelo Governo Federal com o propósito de promover núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior.

O Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 reconheceu a diferença linguística dos surdos e tornou obrigatória a disciplina LIBRAS nos cursos de formação de professores e no curso de Fonoaudiologia. Em 2005, a declaração resultante do primeiro Seminário Regional sobre a Inclusão das Pessoas com Deficiência na Educação Superior na América Latina e Caribe, orientou os governos a desenvolverem documentos legislativos e orientadores que tornassem evidentes os direitos da pessoa com deficiência na Educação Superior, considerando as obrigações das instituições de Ensino Superior (quanto a serviços, sistemas de ingresso, adequações curriculares, formação de professores, infraestrutura, divulgação, investigação e outros aspectos) a garantir a igualdade de oportunidades. Este documento reforçou a importância de promover os direitos humanos e a diversidade, de maneira a prevenir a discriminação (PEREIRA, 2007).

Em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) foi instituída para nortear o processo e o desenvolvimento da

educação inclusiva na educação básica e superior, reunindo e apresentando dados e legislações específicas (PORTAL DE ACESSIBILIDADE UNIFESP, 2021).

A Lei nº 13.146/2015 de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece direitos fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades na Educação Superior e Profissional/Tecnológica. Além disso, ela orienta a aplicação dos princípios do Desenho Universal, conforme normas de acessibilidade, e destaca a responsabilidade do poder público em incluir conteúdos relacionados ao Desenho Universal nas diretrizes educacionais e na formação de carreiras de Estado.

Com base na legislação e nos programas destinados a promover a inclusão educacional, verificou-se que os grupos de pessoas que são o foco da educação especial obtiveram acesso à universidade, à educação básica, profissional e tecnológica no contexto da educação brasileira.

O acesso ao ensino superior pelos estudantes público-alvo da educação especial é entendido como o ingresso à universidade por meio de um processo seletivo. No entanto, considera-se que além desse acesso, o seu processo formativo precisa ser complementado com metodologias, recursos, avaliações e dispositivos que promovam o desenvolvimento de uma educação superior inclusiva e que contribuam com a permanência no curso e sua conclusão com sucesso. Ações essas que congregam o ingresso, permanência, participação e a oferta da formação acadêmica com qualidade para todas as pessoas, e que devem incluir os estudantes público-alvo da educação especial (PORTAL DE ACESSIBILIDADE UNIFESP, 2021).

O papel do Estado é crucial para a acessibilidade, pois é por meio dele que o público-alvo da acessibilidade tem legitimado o seu direito e as instituições de ensino superior o dever de cumprir. Assim, o desenvolvimento das políticas públicas garante a inclusão social, e isso só é possível com ações governamentais e investimentos, dos quais contemplam a inclusão no Ensino Superior.

2.3 ANÁLISE CONTEXTUAL DO USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

A Tecnologia Educacional utiliza recursos tecnológicos com finalidade pedagógica, e visa trazer para a área da educação facilidades e potencialidades ao processo de ensino e de aprendizagem. De acordo com Sampaio e Leite (1999 apud SANTOS e MORAES, 2009):

Na medida em que a TE constitui o estudo teórico-prático da utilização das tecnologias, objetivando o conhecimento, a análise e a utilização crítica destas tecnologias, ela serve de instrumento aos profissionais e pesquisadores para realizar um trabalho pedagógico de construção do conhecimento e de interpretação e aplicação das tecnologias presentes na sociedade (SAMPAIO E LEITE, 1999 apud SANTOS e MORAES, 2009, p. 7).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o Portal de Acessibilidade da Unifesp na disseminação e partilha de ações, experiências formativas e de recursos inclusivos e de acessibilidade no Ensino Superior considerando-se a interatividade e a interação no portal.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar os principais acessos temáticos realizados na plataforma do portal;
- Investigar a abrangência geográfica de usuários no portal;
- Analisar os dados de avaliação do portal pela comunidade participante;
- Investigar a visão atual da usabilidade do portal pelos gestores da plataforma.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Portal de Acessibilidade da Universidade Federal de São Paulo (<https://acessibilidade.unifesp.br/>) foi desenvolvido com o propósito de potencializar a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autismo, altas habilidades e superdotação matriculados no ensino superior. O espaço virtual do portal contém atividades extensionistas produzidas por docentes e pesquisadores da Unifesp, com a finalidade de contribuir com a formação continuada de professores sobre os temas da acessibilidade e da inclusão no ensino superior, com ênfase em cada tipo de deficiência.

Possui uma diversidade de documentos sob o tema da acessibilidade, como: legislação relativa, política de inclusão da Unifesp, atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAIs) dos campi, notícias, eventos e e-books voltados para apoio às diversas deficiências. O portal apoia-se na intenção de nunca estar pronto, mas em processo contínuo de desenvolvimento e de atualização.

Para composição do Portal de Acessibilidade da Unifesp foram utilizados os métodos Codesign (BARANAUSKAS, et al, 2013) e Design Science Research (DRESCH, et. al. 2015). O primeiro relacionado ao processo de design participativo e colaborativo na mediação das interações projetuais relacionadas à concepção do Portal e da Comunidade. O segundo, visando o desenvolvimento da interface da estrutura web/comunidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é composto por pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, considerando-se a análise quantitativa da avaliação do portal pelos usuários, dos dados de acesso e de localização geográfica fornecidos pelo *Google Analytics* e a análise de conteúdo utilizada como instrumento de investigação da avaliação do portal

A avaliação do Portal de Acessibilidade da Unifesp, em formulário do *Google Forms*, está disponível a todos os usuários desde o início da sua criação e localiza-se na página principal no ícone Avalie o Portal.

Figura 1: Avalie o Portal



Fonte: Portal de Acessibilidade Unifesp

O propósito dessa avaliação é fornecer um *feedback* aos gestores do portal sobre os interesses e necessidades dos usuários, bem como, possibilitar a contribuição dos usuários com conteúdos e mídias sobre acessibilidade.

O formulário considera como principais itens de investigação: perfil do usuário; recurso do portal útil ao usuário; nível de relevância dos conteúdos referentes às diversas deficiências existentes, que necessitam de acessibilidade; e outros conteúdos não presentes apontados pelo usuário.

O acesso aos temas de interesse dos usuários e a abrangência geográfica de alcance em relação ao portal também são dados de análise quantitativa. Os dados elencados pelo *Google Analytics* de navegação, respondem a três perguntas, que em muito têm sua utilidade para os gestores identificarem o cumprimento dos objetivos e para a tomada de decisões: Quem visitou

(relatórios de Público-alvo); como chegou (relatórios de Aquisição) e o que fizeram no portal (relatórios de Comportamento).

A análise de conteúdo referente a alguns questionamentos abertos de avaliação do portal, possui como intencionalidade:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A partir do entendimento da não oposição entre quantidade e qualidade, há um crescente número de pesquisadores que têm se posicionado favoravelmente a diferentes formas de combinação de metodologias, denominando essa vertente, com as seguintes nomenclaturas: pesquisa quanti-qualitativa ou quali-quantitativa, métodos mistos, métodos múltiplos e estudos triangulados. Embora com nomeações diferentes, compartilham como propósito central a integração metodológica (FLICK, 2004).

Um estudo tende a ser mais qualitativo do que quantitativo ou vice-versa. A pesquisa de métodos mistos se encontra no meio deste continuum porque incorpora elementos de ambas as abordagens qualitativa e quantitativa (CRESWELL, 2007, p. 3).

A junção dos métodos quantitativos e qualitativos resulta em uma maior autenticidade nos resultados obtidos, pois reúne controle de análises (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos nos estudos (métodos qualitativos); incorpora variáveis específicas (métodos quantitativos) com o fenômeno (métodos qualitativos); com a combinação dessas duas técnicas distintas.

Ao conceber o processo de pesquisa como um mosaico que descreve um fenômeno complexo a ser compreendido é fácil entender que as peças individuais representam um espectro de métodos e técnicas, que precisam estar abertas a novas ideias, perguntas e dados. Ao mesmo tempo, a diversidade nas peças desse mosaico inclui perguntas fechadas e abertas, implica em passos predeterminados e abertos, utiliza procedimentos qualitativos e quantitativos (GÜNTHER, 2006, p. 202).

Do ponto de vista metodológico e no que tange à epistemologia, nenhuma das abordagens é mais científica do que a outra, pois ambas são de naturezas diferentes, assim a:

[...] relação entre a quantitativa (objetividade) e a qualitativa (subjetividade) não pode ser compreendida como de oposição, como também não se reduz a uma continuação. As duas realidades permitem que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes aspectos” (BRÜGGEMANN; PARPINELLI, 2008, p. 564).

Para Pádua (1997) a coleta e o registro dos dados pertinentes ao assunto tratado é a fase decisiva da pesquisa científica a ser realizada com o máximo rigor e empenho do pesquisador.

Outro instrumento metodológico que pretendia-se utilizar era uma entrevista com integrantes da equipe gestora atual do portal e, para tanto, propôs-se uma entrevista semi-

estruturada com coleta de informações a partir do discurso, por meio de observação não-participante. A entrevista envolveria o comitê de implantação do portal na Unifesp, a fim de obter-se um conhecimento aprofundado, abrangente e detalhado da gestão inicial e continuada do projeto. Também seria aplicada em um funcionário Analista de Tecnologia da Informação do departamento de Superintendência de Tecnologia de Informação, que implantou e colocou o referido portal no “ar” e em pleno funcionamento com vistas a obter-se um olhar mais amplo com percepção técnica. Contudo, por dificuldades técnicas, não foi possível aplicar o referido instrumento metodológico.

Face ao exposto, a coleta das informações partiria de um roteiro de questões abertas e elaboradas a partir do cruzamento da intencionalidade do portal e os objetivos investigados. A seguir, é apresentada uma proposta do roteiro de perguntas:

Roteiro de entrevista para a equipe implantadora e gestora do Portal de Acessibilidade Unifesp

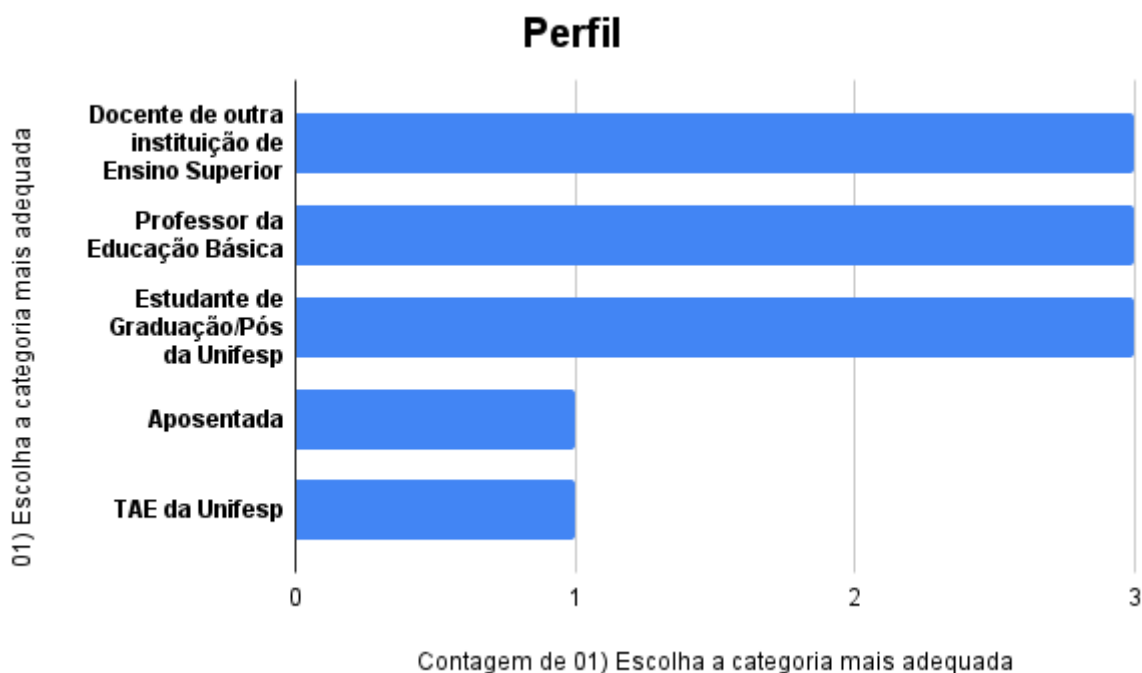
1. *Quais os principais propósitos do portal? Esses propósitos estão acontecendo? Como eles tem acontecido?*
2. *Quais foram as principais dificuldades?*
3. *Como você considera a qualidade do portal?*
4. *Quais foram os principais desafios tecnológicos em relação ao portal de acessibilidade?*
5. *Você tem alguma sugestão de ajustes aos objetivos, propostas e espaços interativos?*

6 RESULTADOS

A avaliação do Portal de Acessibilidade da Universidade Federal de São Paulo fornece informações quantitativas e qualitativas. Abaixo são apresentados os principais dados quanti:

6.1 PERFIL DOS USUÁRIOS

A maioria dos usuários respondentes pertencem à área da Educação, o que revela a realização de um dos objetivos do portal que é a contribuição e o apoio a estes sujeitos inseridos em contextos educacionais.

Figura 2: Perfil dos usuários que responderam a avaliação

Fonte: Dados coletados por meio de questionário do *Google Forms*

6.2 TEMAS DE INTERESSE

Dentre as perguntas fechadas e relacionadas aos recursos de acessibilidade disponíveis no portal, a maioria dos respondentes aponta que ao menos um dos recursos elencados abaixo foram úteis:

- Navegação acessível por meio do leitor de tela;
- Audiodescrição nas imagens do portal;
- Audiodescrição nas imagens no material disponível no portal;
- Audiodescrição nos vídeos;
- Janela libras nos vídeos;
- Interpretação em libras dos textos do portal;
- Legenda nos vídeos;
- Alto contraste no portal/materiais (textos e imagens);
- Contraste no portal/ materiais (textos e imagens);
- Ampliação (zoom) do conteúdo do portal/materiais (textos e imagens).

A pergunta número **4** do formulário (vide abaixo ou apêndice) constatou que a grande maioria considera “muito relevante” os temas tratados no portal, do total de respostas dos

quatorze itens elencados. Se considerou uma média de todas as respostas dos usuários, do qual obteve-se o valor de **4,3**: **4) Qual o nível de relevância do conteúdo dos materiais teve para a sua atuação no ensino superior visando a acessibilidade e inclusão. Escolha nas opções a seguir entre 1 e 5, sendo 1 “sem relevância” e 5 “muito relevante”. Responda somente sobre os materiais utilizados.**

A pergunta **5** indicou que todos os respondentes encontraram o apoio do que buscavam no portal: **5) Você encontrou o conteúdo que estava procurando no Portal?**

As questões **6** e **7** são abertas e objetivam a contribuição dos usuários com depoimentos em texto, áudio ou em vídeo sobre os conteúdos do portal. Para facilitar a análise de conteúdo referente aos comentários dos usuários, foi utilizada em cada uma destas questões uma nuvem de palavras.

A pergunta **6** refere-se à indisponibilidade de algum conteúdo não encontrado pelos usuários e aceita sugestões. Os temas mais sugeridos foram os contidos conforme apresenta a nuvem de palavras:

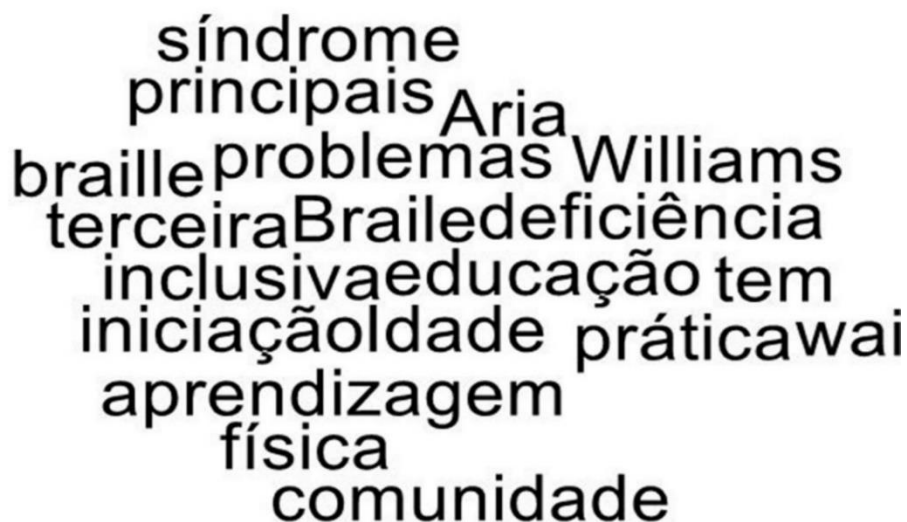
Figura 3: Análise de conteúdo por meio da nuvem de palavras



Fonte: autoria própria

A pergunta **7** propõe a indicação de outros conteúdos a serem acrescentados no portal. Os temas mais sugeridos foram apontados conforme apresenta a nuvem de palavras:

Figura 4: Análise de conteúdo por meio da nuvem de palavras



Fonte: autoria própria

Os dados coletados e apresentados acima, confirmam que as intenções do portal estão sendo cumpridas. Embora, a priori, sejam informações exploratórias da eficácia do portal, mas são capazes de inferir as relações de causa e efeito das variáveis analisadas deste Produto Educacional.

6.3 FERRAMENTA DO *GOOGLE ANALYTICS*

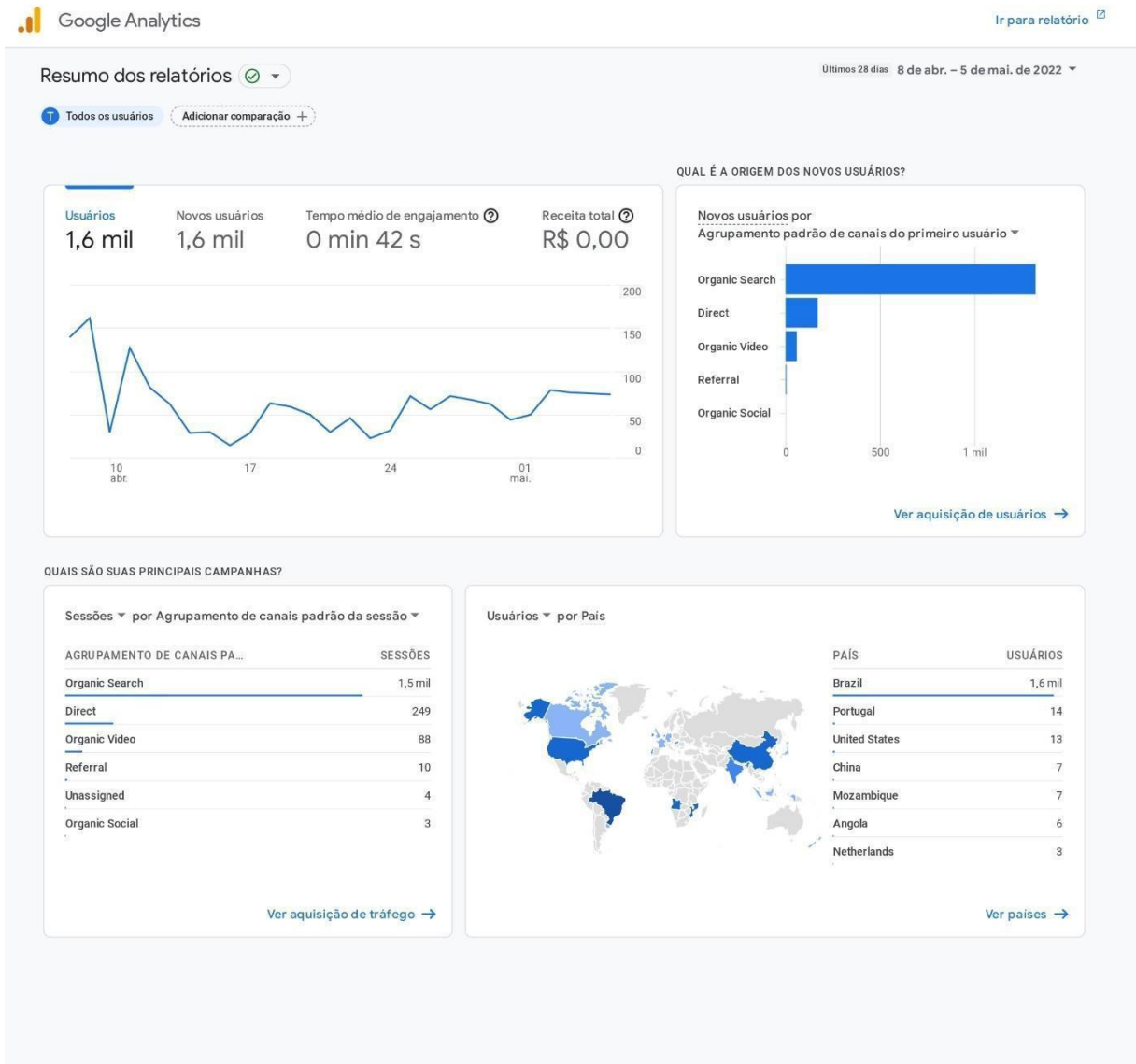
Obteve-se dados estatísticos de visitação e exibição do site, sendo possível inicialmente por meio da metodologia quantitativa, compreender o que mais desperta e chama o interesse dos usuários, fonte de origem de onde conheceu o portal, tempo de permanência e localidade geográfica de acesso, conforme apresentadas abaixo:

Figura 3: Estatística dos temas que mais despertaram o interesse dos usuários



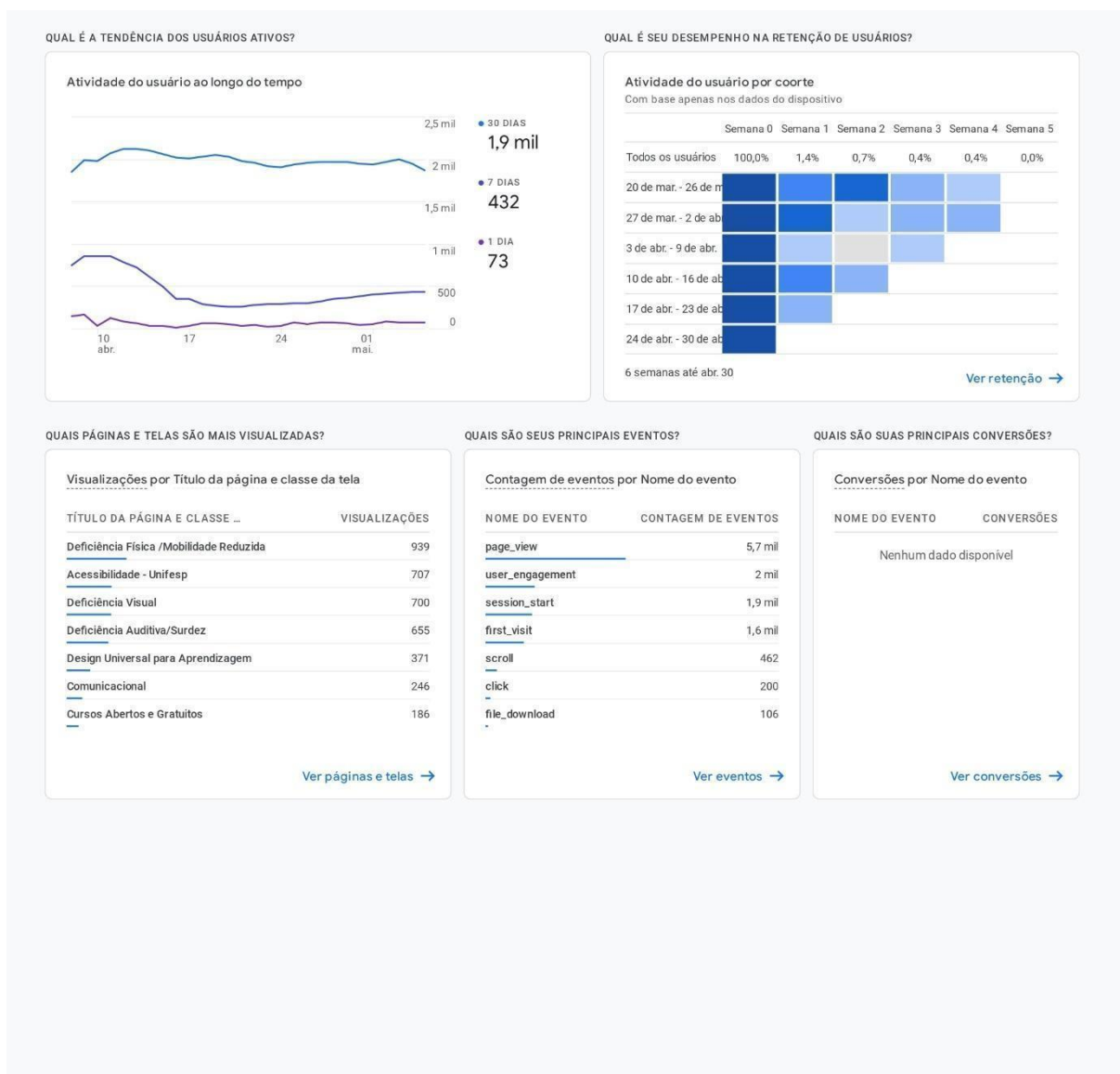
Fonte: Google Analytics

Figura 4: Origem de onde conheceu o portal, e usuários por país



Fonte: Google Analytics

Figura 5: Usuários ativos por número de dias, tempo de retenção e temas mais visualizados



Fonte: Google Analytics

Assim, estes dados têm uma relação direta ao se cruzar com os objetivos do Portal de Acessibilidade, em especial sobre a disseminação e disponibilização dos conteúdos, alcance das pessoas e visitas, este que ultrapassou para outros países, tempo de permanência e engajamento no portal da Unifesp.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicabilidade do Portal de Acessibilidade da Unifesp na disseminação e partilha de ações e experiências formativas, recursos inclusivos de acessibilidade no Ensino Superior é constatada por meio dos dados aqui apresentados. Embora as informações para tal conclusão tenham uma amostra pequena dos dados obtidos na avaliação dos usuários do portal, visto que muitos não responderam a avaliação. Todavia, a pergunta de número 4 sobre o nível de relevância dos conteúdos contidos no referido portal, mostram um dado positivo, com a média de relevância de 4,3, bem próxima do nível “muito relevante”.

Entretanto, estes usuários não deixam de estar inseridos na obtenção das estatísticas apresentadas pela ferramenta do *Google Analytics*, pois essa ferramenta responde que existe a interatividade (contato com o portal por sujeitos, exemplo: na navegação por meio dos conteúdos), e a interação (construções e trocas entre os sujeitos na comunidade virtual de aprendizagem).

Em relação a avaliação da gestão do Portal de Acessibilidade da Unifesp, a etapa de entrevistas com os gestores da fase inicial do portal e dos gestores atuais, embora não efetivada, é um caminho e uma proposta previamente desenhada, que se aplicado, contribuirá na busca da compreensão de possíveis problemas e geração de soluções e melhorias.

Considera-se que seria importante também, a realização de uma análise documental referente ao perfil de interatividade do portal e do seu uso como espaço de divulgação. Esses dados ajudariam a compor a investigação, pois nem todos os usuários que participam do portal, respondem a avaliação, de modo a reforçar os resultados da análise e a confiabilidade da pesquisa.

Como desdobramentos futuros para este projeto, estão a realização de adequações e melhorias para o objetivo principal do Portal de Acessibilidade da Unifesp: o apoio e a inclusão no Ensino Superior, principalmente por meio dos *feedbacks* obtidos na avaliação dos usuários.

Contudo, a observação externa deste projeto de Design Educacional em um todo, pode tecer uma crítica construtiva do que hoje existe em termos de acessibilidade, a fim de ter uma perspectiva do futuro na busca da inclusão e do apoio no ensino superior. E olhar para frente com vistas a melhorar cada vez mais a qualidade da acessibilidade, um trabalho que exige dedicação, mas que pode gerar o empoderamento destes estudantes, que segundo o educador Paulo Freire, “é a capacidade do indivíduo realizar por si mesmo as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer” (FREIRE, 1987).

REFERÊNCIAS

BARANAUSKAS, M, C, C; et al. **Codesign de Redes Digitais**. Editora Penso, 2013, 304p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro (GM). **Aviso Circular nº 277**. Brasília: MEC/GM, 1996b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 7 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 28 dez. 2016.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm> Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2021:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRÜGGEMANN, Odália M.; PARPINELLI, Mary A. **Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento.** Revista Escola Enfermagem USP, n. 42, p. 563-568, mar. 2008.

COLL, César; BUSTOS, Alfonso; ENGEL, Anna. **“As comunidades virtuais de aprendizagem”.** COLL, César; MONEREO, Carles (orgs.). Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 13 (p. 268 – 286).

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DRESCH, A.; LACERDA, D.; ANTUNES JUNIOR, J. A. V. **Design Science Research:** Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015, 181p.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal:** tudo a ver. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 13 jul.2022.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa:** esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v. 3, 2010, Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

INEP. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009 a 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LIMA, Valéria Sperduti, GUIMARÃES, Marcelo de Paiva. **Comunidades Virtuais e Aprendizagem.** Mill, Daniel (org) Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância, Editora Papiros, 2018, 736p.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2. Ed. Campinas: Papiros, 1997.

PEREIRA, M. M. **Inclusão e Universidade:** análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio grande do Sul. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

PORTAL DE ACESSIBILIDADE UNIFESP, 2021. **Acessibilidade na UNIFESP.** Disponível em: <https://accessibilidade.unifesp.br/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

SANTOS, C. A; MORAES, D. R. S; **Tecnologia educacional no contexto escolar:** contradições, desafios e possibilidades. 2009. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2085-8.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2022.

STEINBRENNER, K. (2001) Envolving Tecnólogo Committees. **Educause Quarterly.**

UNIFESP, 2022. **Portal de Acessibilidade.** Disponível em: <<https://accessibilidade.unifesp.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2022.